

ROBINSON, T. M. & WESTRA, L., editors, *Thinking About the Environment: Our debt to the Classical and Medieval Past*, Oxford: Lexington Books, 2002, 226 p.

O título dessa publicação é sugestivo do que pretende alcançar: o aprofundamento da reflexão sobre as questões ambientais contemporâneas, por uma espécie de balanço de algumas das concepções de autores clássicos e medievais sobre a natureza, bem como das relações do ser humano com ela. O volume, editado por Thomas M. Robinson, da *University of Toronto*, e Laura Westra, da *University of Windsor*, resulta de um ciclo de conferências realizado na Itália, em 2001. Nos 16 textos que compõem a publicação, pesquisadores dos EUA, Canadá, Reino Unido, Grécia, Alemanha entre outros, procuram compreender o problema da degradação da natureza à luz da herança clássica e medieval. Como indica A. Holland no prefácio, trata-se de refletir sobre se é possível culpar as visões de mundo vigentes em suas respectivas épocas pelo *modus vivendi* de hoje, e, de que forma os textos antigos podem influenciar as questões atuais sobre a preservação da natureza e os costumes correntes nos dias de hoje. Os ensaios são divididos em 5 seções: Grécia e Roma, Cristianismo Medieval, Islamismo Medieval, Judaísmo Medieval e Ontem e Hoje.

Com relação à Grécia e Roma, são abordados alguns aspectos do legado grego sobre a natureza, desde a era arcaica, elegidos os filósofos Pré-Socráticos, Platão e Aristóteles. O texto de abertura,

Nature and Culture in Mesopotamian and Greek Myths, de M. W. Herren, aponta alguns padrões comuns aos mitos mesopotâmicos e gregos no que se refere à tendência humana ao progresso. No paralelo traçado entre as duas tradições destaca-se a ordenação cósmica e a possibilidade de progresso como solidários da evolução de uma linhagem masculina de deuses, com a vitória de um deus masculino sobre forças desordenadoras. A relação do homem com a natureza, conclui o autor, vem a ser de dominação.

No artigo seguinte, *Order, Harmony and Justice: The Greek Conception of the Environment*, H. Yamakawa confronta o ser humano com sua responsabilidade para com as coisas viventes no contexto da crise ecológica global, e defende o retorno aos ideais cosmológicos gregos. Criticando a ruptura da relação de simbiose entre os seres vivos, o ensaio resgata a necessária concepção de mundo simbiótico, examinando os conceitos de ordem, harmonia e justiça na estrutura cosmogônica e cosmológica do pensamento filosófico pré-socrático. Já em *Una volta fui arbusto e muto pesce del mare*, G. Casertano baseia-se na visão de Empédocles para exortar aos seres humanos a retornar a Afrodite, ou seja, à imutável ordem do amor. Segundo o autor, o homem, com a estreiteza que caracteriza sua visão do cosmos, não satisfeito em criar uma ciência da vida, ter-

minou por criar uma espécie de “ciência da morte”, disfarçada de progresso, paz e democracia. Há ainda, a estudiosa grega H. Karabastzaki com o *Environmental Issues in Hellenistic Philosophy*”, de um ponto de vista crítico relativamente à tradição de teóricos da ecologia, que tentando pesquisar as origens das abordagens ecológicas modernas entre os filósofos gregos antigos, negligenciam ou interpretam mal aspectos fundamentais do pensamento grego. No campo da má interpretação, a autora destaca que a maioria dos ecologistas situa as origens do antinaturalismo moderno entre os atomistas e em Pitágoras, deixando de atentar para indissociabilidade entre cosmologia e ética, presente em todas as correntes da filosofia grega antiga. Livio Rossetti também dá seu recado no artigo *Il più antico decreto ecologico a noi noto e il suo contesto*, que discorre sobre a descoberta de um decreto, aparentemente promulgado em Atenas por volta de 430 a.C., considerado o primeiro exemplo de um ato destinado a eliminar atividades poluentes consideradas perigosas, na Antigüidade, que parece confirmado em Platão (*Fedro e Leis*), Aristóteles (*Política*).

Com relação à época romana, L. Quattarone em *Roman Forests, Vergilian Trees: our ambiguous, relationship with nature* aborda a relação ambígua, sacralizada e dessacralizada, dos seres humanos com a natureza, tomando como base suas atitudes em relação às árvores, na *Eneida* de Virgílio, uma vez que nesse poema a raça humana nasceu dos troncos das árvores e estas são habitadas por faunos e ninfas, assim como toda a floresta é animada por espíritos essenciais. Agostinho é também contemplado no ensaio de M.R.Adams: *Augusti-*

ne and Love of Environment, oferecendo-nos uma delicada visão da filosofia da natureza agostiniana, tomando como base a obra *Cidade de Deus*, contribuição do pensador para as áreas da Física, Lógica e Ética. Destacando o conceito de *ordo amoris* como essencial à compreensão da natureza, a autora aponta que o destino do ser humano com Deus após a morte requer amor genuíno e apreciação da natureza em si e por si, bem como seu uso respeitoso. Segue-se a época Medieval e o ensaio *Perceptions of Nature in Polish Medieval and early Renaissance Writings*, de T. Kwiatkowska, que apresenta a visão sobre a natureza ao final da Idade Média e início da Renascença, na região hoje nomeada Polônia, em que se dispunha de condições climáticas muito favoráveis à exuberância ambiental. O autor informa que, naquela época, a percepção acadêmico-filosófica da natureza, rigidamente calçada nas doutrinas da Escolástica, veio a evoluir, com a teoria de Copérnico no campo da investigação científica, bem como com o progressivo domínio das linguagens da teologia, filosofia e literatura, resultando em sensível mudança na visão do mundo e dos seres humanos. Em *Nature and Restoration in Wolfran von Eschenbachs's Parzival*, R. T. Morewedge examina a abordagem simbólica da natureza nos escritos do poeta alemão Wolfran von Eschenbachs's, traçando paralelos entre a simbologia da natureza presente no poema *Parzival* e a visão agostiniana, atentando para a ambigüidade de significado que assume a natureza: deserto para alguns, paraíso para outros.

Na seqüência, *Natural Laws and the Laws of Nature in Aristotle and Aquinas*, de L. Westra, traça o papel das leis naturais e

do conceito de natureza nas doutrinas de lei natural, desde a filosofia antiga até a Idade Média, tomando como base Aristóteles e Tomás de Aquino, para pensar o que esses conceitos oferecem hoje como base para políticas públicas. Sem deixar de considerar as diferenças entre a *pólis*/cidade medieval e as cidades e nações de nossos dias, a autora examina a doutrina da Lei e da Justiça, ou “teoria da justiça natural” em Aristóteles, nos textos *Ética* e *Política*. O último texto dessa seção dedicada ao perçido medievo, V. Vicente estuda *La tutela ambientale del lago Trasimeno in età medioevale*, e nos fala o Lago Trasimeno, localizado em Perugia (Itália), que por volta do século XIII era rico em flora e fauna e foi objeto de proteção ambiental. Para proteger o local da degradação foi estabelecido um rol de regras com o objetivo de regular as atividades humanas na região, tais como a proibição da pesca no período da desova. A autora julga instrutivo referir o caso como exemplo de restauração ambiental.

Ainda é tratado o Islã Medieval em *Islamic Ecology: The De-Alienation of Persons from Nature*, por P. Morewedge. Para o autor, a natureza é considerada dimensão essencial do indivíduo e, portanto, sua preservação vincula-se necessariamente à autopreservação de cada um. Nesse contexto, a alienação do ser humano em relação ao meio ambiente, resultante do antimaterialismo de certas doutrinas religiosas dualistas que desvalorizam o corpo, torna-se prejudicial à natureza. Já no ensaio *The Universe Alive: Nature in the Masnavi of Jalá al-Dín Rúmí*, a islamista L. Clarke apresenta aos leitores a concepção de natureza no poeta e místico Jalá al-Dín Rúmí (nascido na antiga Bactria, atual Afega-

nistão, no início do século XIII), expressa no *Masnavi*, “poema construído com alegorias e coloridas parábolas”. A historiadora divide o ensaio em três partes, nas quais expõe as concepções do poeta acerca do universo em geral, do mundo animal e dos “trabalhos de Eros”. Já nos estudos sobre o Judaísmo Medieval, E. Halper abre esta breve seção com o texto *Maimonides and Nachmanides on Sending Away the Mother Bird*, tomando a passagem bíblica (*Dt 22:6-7*) que proíbe ao homem capturar uma pássaro-mãe com filhotes no ninho ou chocando ovos, para apresentar duas visões antagônicas acerca das razões desse mandamento, segundo as interpretações de Maimônides e Nachmanides. Para o autor, essa passagem da *Torah* é paradigmática das relações dos homens com a natureza, assim como as visões discordantes dos dois filósofos judaicos parecem refletir a disputa atual entre correntes diversas de ambientalistas. Em *The Third and Fifth day of Creation Versus the Timeless Now*, E. F. Kutash aborda o terceiro e o quinto dias da criação do mundo, nos quais Deus teria, respectivamente, criado a terra e vegetação e os animais vivos aquáticos, aéreos e terrestres, no livro do Gênesis, em contraponto com o cosmos na tradição grega do *Timéu*: um todo único, perfeito e sem idade.

Finalmente, sobre nossos dias, *Reuniting Science and Value in the Natural Environment*, D. M. Tress cumpre a função de alinhavar os temas abordados na coletânea, realizando o arremate perfeito dos propósitos da publicação. Essa reflexão final vem a ser defesa da re-união entre valor e conhecimento, conceitos que, entre os gregos, foram indissociáveis, mas que o pensamento científico moderno insiste

HYPNOS

em separar. Em linha diametralmente oposta ao que sucede hoje no âmbito das ciências, o pensamento filosófico grego integrava o valor à *epistéme*, ou, em linguagem mais simples: os gregos mantinham a referência para o bom no corpo de seus estudos. Estaríamos rumando inexoravel-

mente para um deserto acósmico? Sem dúvida, uma publicação que nos interessa, a todos, filósofos ou não.

Ivanete Pereira

PUC-SP

ivanetepereira@uol.com.br